

## **Uma análise populacional dos domicílios no extremo sul da América portuguesa: mulheres chefes de *fogos* (Porto Alegre, séc. XVIII-XIX)**

**A population analysis of households in the far south of Portuguese America: women chiefs of *fogos* (Porto Alegre, 18th-19th century)**

Denize Terezinha Leal Freitas\*

**Resumo:** A Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre teve seu povoamento fomentado, sobretudo, por uma necessidade geopolítica imposta pelos conflitos armados com a Coroa espanhola. Todavia, as circunstâncias de instabilidade territorial e política entre as Coroas Ibéricas impulsionou medidas por parte lusitanas, entre elas a mobilização de homens e mulheres em direção a ocupação das áreas meridionais. É justamente neste contexto que compreende o período de formação da localidade entre 1772 a 1822 que pretendemos entender o processo de povoamento e desenvolvimento de Porto Alegre a partir da caracterização da formação de uma sociedade que mistura elementos urbanos e rurais em franco crescimento populacional. O presente artigo, neste sentido, tem por objetivo analisar os grupos familiares formados nessa recente freguesia a partir da análise de um conjunto de Róis de Confessados e Comungados. Nossa perspectiva é para além de observar a disparidade demográfica entre os sexos, mostrar a presença de mulheres chefiando famílias na localidade. A partir análise dos Róis de Confessados disponíveis para a freguesia, juntamente com os aportes teóricos da História Social, das Mulheres e das Populações, conjuntamente com o suporte metodológico da Demografia Histórica, percebemos a dinamicidade populacional existente na localidade e o protagonismo de mulheres de diversos segmentos sociais chefiando domicílios.

**Palavras-chave:** domicílios; róis de confessados; Porto Alegre;

**Abstract:** The Parish of Madre de Deus of Porto Alegre had its settlement fomented, above all, by a geopolitical necessity imposed by the armed conflicts with the Spanish Crown. However, the circumstances of territorial and political instability among the Iberian Crowns prompted Lusitanian measures, including the mobilization of men and women towards the occupation of the southern

---

\* Doutora em História PPGH-UFRGS.

areas. It is precisely in this context that we understand the period of formation of the locality from 1772 to 1822 that we intend to understand the process of settlement and development of Porto Alegre from the characterization of the formation of a society that mixes urban and rural elements in rapid population growth. This article, in this sense, aims to analyze the family groups formed in this recent parish based on the analysis of a set of Confessed and Communist Roles. Our perspective is beyond observing the demographic disparity between the sexes, showing the presence of women leading families in the locality. From the analysis of the Confessions Roles available to the parish, together with the theoretical contributions of Social History, Women and Populations, together with the methodological support of the Historical Demography, we realize the population dynamics existing in the locality and the protagonism of women from different social segments heading households.

**Keywords:** households; confession rolls; Porto Alegre;

## Introdução

A historiografia recente tem lançado algum olhar sobre o papel da mulher no espaço colonial. Podemos dizer que um dos pontos mais abordados pelos pesquisadores é o papel das viúvas, por vezes, grandes proprietárias de terras, que assumiam o comando do *fogo*<sup>1</sup>, ocupando, assim, o papel de patriarca<sup>2</sup>. Nessa esteira, muitos estudos procuraram se distanciar ou se aproximar do modelo de família extensa proposto por Gilberto Freyre, que foi a grande baliza para a historiografia da família. Em resumo, essa visão patriarcal da sociedade colonial brasileira acabou gerando abordagens que colocaram à margem o protagonismo social das mulheres. Mesmo estudos recentes mostraram que a atuação feminina, enquanto chefe de fogo, era composta de mulheres que atuaram como o *pater* famílias, ou seja, apenas ocupavam um espaço vago, devido à ausência ou ao falecimento do marido<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup>A palavra fogo no vocabulário português do século XVIII e XIX está associada ao domicílio, por exemplo, no dicionário do Padre Raphael Bluteau, a palavra *fogo* pode estar ligada a “*família, Vila que tem cem ou duzentos fogos*”. BLUTEAU, Rafael, **Vocabulário português e latino...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721.

<sup>2</sup> Cabe destaque aos trabalhos pioneiros para São Paulo de Eni Samara (1989), muito a historiografia tem abordado o tema encontramos pesquisas para diversas áreas do Brasil colonial e imperial. No caso do Rio Grande do Sul, a última referência sobre mulheres viúvas é o trabalho de Michelle Selister (2014).

<sup>3</sup> Para melhor entender essa discussão, ver: B. J. Barickman (2003).

Entretanto, os trabalhos recentes no âmbito da História Social da Família e da População vêm indicando um quadro mais amplo e complexo de nossa sociedade, sobretudo, no que tange à revitalização da atuação social das mulheres na América Portuguesa. Ainda outra categoria que passou a pauta de pesquisadores e pesquisadoras, ainda que de maneira muito tímida para o período colonial no Brasil foi a categoria gênero usado para teorizar sobre as distinções baseadas no sexo, ou seja, como foram construídas socialmente os papéis dos homens e mulheres, ou a supressão de um sexo pelo outro (SOIHET, 1997).

Como já salientava Leila Algranti (1999), o grande desafio dos pesquisadores talvez ainda seja a ruptura com as visões clássicas, ou melhor, as explicações dicotômicas em relação às mulheres na sociedade. Muitas vezes, imbuídos das leituras de época, acabamos “comprando” os discursos e tornando nossos sujeitos históricos extremamente segmentados por estereótipos, como, por exemplo: mulheres ricas correspondentes perenemente às camadas da elite; mulheres pobres, às camadas subalternas da sociedade.

Contudo, vale destacar que tanto homens quanto mulheres poderiam ocupar diferentes posições sociais dependendo dos percursos de vida. Dessa maneira, não podemos esquecer que o mundo das hierarquias e das naturalizações correspondente ao rígido sistema de estamento do Antigo Regime Ibérico não pode ser tomado como equivalente e imutável quando transportado para a América portuguesa. A constante mobilidade social, o processo de colonização e a miscigenação racial e cultural são alguns dos fatores que implicam novas interpretações sobre o que entendemos sobre sociedade de Antigo Regime.

Dado esse quadro, o presente artigo procura reconstituir os domicílios na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre nos finais do século XVIII. Num espaço de fronteira de intensos conflitos com a Coroa Espanhola, Porto Alegre teve um papel de grande importância devido seu posicionamento geográfico seguro e estratégico, tornando-se sede da província mesmo antes de torna-se vila em 1809. Para essa investigação, utilizaremos como fontes um conjunto de doze Róis de Confessados e Comungados<sup>4</sup> disponíveis para a localidade de 1779

---

<sup>4</sup> Os róis de confessados (*Libri Status Animarum*) eram uma relação dos paroquianos que confessaram e comungaram durante os preparativos para a páscoa, no período da

a 1814. A partir de um tratamento metodológico adequado é possível analisar o perfil dos domicílios na localidade e identificar uma diversidade nos perfis das chefias dos fogos em Porto Alegre.

Ainda sobre os aspectos metodológicos e as potencialidades dessa fonte é o tema do primeiro tópico de nosso texto. Num segundo, momento tratamos das disparidades demográficas de sexo e, por fim, das chefias domiciliares. Trata-se como já salientamos de uma abordagem demográfica, mas como ela pode nos servir de base para questões mais complexas e estudos no âmbito da História Social.

### **As potencialidades e os dados da população nos Róis de Confessados**

Numa região onde verificamos uma inexistência das listas nominativas da população, a disponibilidade dos Róis de Confessados é uma preciosidade para o estudo da História das Famílias e das Populações<sup>5</sup>. Porém, isto não se resume apenas ao fato de obtermos informações gerais sobre a grande parcela da população predominantemente católica da época, mas porque ela se refere à organização social como um todo. Estudar a população paroquiana é obter a possibilidade de entender as dinâmicas sociais num momento da história no

---

quaresma. Nele, o pároco separa cada fogo em blocos bem definidos, nos quais, encontramos informações mais detalhadas sobre os chefes de família, como por exemplo: a profissão ou qualidade, a idade, os filhos e filhas, a condição matrimonial dos mesmos, etc. Em seguida, separadamente são mencionados os escravos e suas respectivas idades e, por fim, os agregados e suas idades. A indicação daqueles que cumpriram as obrigações pascais são indicados por uma espécie de símbolo semelhante a este: “#” cujo número de traços verticais indica se são crismados, se comungaram e confessaram.

<sup>5</sup> As listas nominativas, referentes a São Paulo foram objetos de diversos estudos no âmbito da História da Família e da População. Em uma análise histórica dessa fonte, Carlos Bacellar salienta que elas ficaram restritas ou sobreviveram ao tempo apenas em São Paulo, Paraná e Minas Gerais: “Uma das grandes questões que se colocou, quando da “descoberta” das potencialidades investigativas das séries de listas nominativas paulistas foi da existência ou não de listas similares para outras partes da América Portuguesa. Afinal de contas, supunha-se, o empenho do Marquês de Pombal em empreender reformas estruturais na colônia não poderia estar restrito tão somente à periférica, embora estratégica, Capitania de São Paulo. Do mesmo modo, as reformas do reino de D. Maria I igualmente não podiam ter sido concebidas exclusivamente para aquela capitania. Ora, se as listas nominativas de habitantes eram ferramenta estratégica no processo de elaboração de políticas mais amplas no âmbito do Império, somos obrigados a considerar que teriam sido produzidas, ou ao menos encomendadas, nas sete capitanias em geral, e não apenas em São Paulo. A realidade dos Arquivos Públicos, contudo, contesta a princípio esta possibilidade. De Norte a Sul, encontramos, além da extensa série documental preservada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e que abrange as vilas dos atuais estados de São Paulo e Paraná, dois conjuntos de listas para Minas Gerais, referentes aos anos de 1831/32 e 1838 a 1841” (BACELLAR, 2013, p.36).

qual o padroado régio dirigia (seja com eficiência ou não) o modo de viver em sociedade.

Neste sentido, como religião oficial do vasto Império Português, o corpo eclesiástico, em muitas freguesias, nos primórdios das ocupações destes vastos sertões adentro, significava o elo entre a metrópole e suas colônias, entre os súditos e a Coroa (BOXER, 1962). Enfim, os núcleos populacionais normalmente têm como marco de fundação a matriz e é nela, e em função dela, que os acontecimentos mais marcantes dos ciclos de vida dos indivíduos ocorrem, como comemorações de ordem religiosa ou políticas, manifestações culturais, abrigo ou ponto de estratégia nos momentos de guerra. É em torno da paróquia que boa parte da sociedade se gesta.

No caso da Madre de Deus de Porto Alegre não é diferente, apesar de já possuir uma população escassa fixando-se na região antes de sua fundação. O marco de inauguração da Freguesia ocorre concomitantemente à abertura dos trabalhos na paróquia em março de 1772. É interessante ressaltar que as principais ruas e becos que irão surgir na localidade têm como ponto de partida os arredores da Paróquia e do cais do porto, características marcantes que vão colocar em destaque as atividades comerciais e portuárias, mesmo que nos arredores da cidade exista a predominância de lavradores e criadores em suas pequenas chácaras, datas e sítios com ou sem arvoredos. Tal população rural é de fundamental importância para o abastecimento interno da localidade e demais arredores.

O povoamento de Porto Alegre passou por diversas etapas, até o Governador José Marcelino Figueiredo conseguir a efetiva remoção da Câmara de Vereadores de Viamão para Porto Alegre. Houve resistência dos homens bons, mas de fato, a partir daquele momento, o Porto até então de Viamão ou Porto de São Francisco dos Casais, nunca mais foi o mesmo. Várias medidas foram tomadas, sobretudo, porque a finalidade e os interesses geopolíticos pela localidade estavam atrelados à guarnição e proteção das terras do extremo sul da América lusitana, tanto que foram erigidos muros de fortificação dos primórdios do núcleo urbano (COMISSOLI, 2008, p. 51-52). A partir do século XIX, o crescimento e o desenvolvimento da então Freguesia vão, gradativamente, mudando o cenário político-administrativo e as dimensões demográficas da localidade. Segundo os levantamentos populacionais, em 1780,

a Madre de Deus de Porto Alegre apresentava cerca de 1.512 habitantes, que, em 1798, transformaram-se em 3.268, indicando um significativo progresso demográfico que, em 1810, já apontaria em 6.111 habitantes, para a Vila de Porto Alegre, elevada a tal condição, desde 1810 (SANTOS, 1984, p. 36).

Conforme a população crescia, novas demandas foram, gradativamente, acelerando a formação da localidade. A região que, praticamente, configurava-se como uma aldeia, caracterizada por moradores que se fixavam em ranchos, datas, sítios e/ou demais pedaços de terras, foi adquirindo um novo cenário que, mesmo de maneira muito provinciana, já acenava para a urbanização e a modernização, que teriam seu ápice na segunda metade do século XIX e início do XX. A Vila tornou-se uma das principais sedes, onde se estabeleciam negócios, compras, vendas e demais relações comerciais, legitimando sua posição como importante posto de trocas comerciais e centro de decisões administrativas da Província (FREITAS, 2011).

A preocupação constante contra possíveis invasores, sedimentada pela instabilidade fronteiriça, e os frequentes conflitos entre Portugal e Espanha levaram, então, a renomeada Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, em 1772, a erigir muralhas que, “por longo tempo, a memória coletiva guardou a lembrança através da designação do local como ‘Praça do Portão” (PESAVENTO, 1999, p. 18). Por ali, a organização social, política e econômica da localidade foi se erguendo, juntamente com a construção da sede administrativa da Capitania.

No que tange a nossa fonte de análise, já destacamos as potencialidades dos Róis de Confessados, entretanto devemos salientar também suas limitações e os procedimentos metodológicos adotados para continuarmos a tratar do contexto populacional de Porto Alegre. Apesar da riqueza desta fonte para os estudos sobre a família no passado, devemos salientar que o estado precário em que a documentação se encontra impõe alguns limites para sua utilização. Parte desta, encontra-se com as margens inferior e superior corroídas, impedindo a sua leitura paleográfica integral. Conseqüentemente, o procedimento adotado foi estimar o sub-registro da população arrolada a partir da observação do padrão utilizado pelo pároco no arrolamento de cada fogo, servindo de parâmetro para estimativas aqui analisadas.

Como podemos observar na *Tabela 1*, logo abaixo, há o número total da

*população efetiva*, ou seja, aquela que é possível contabilizar objetivamente nas fontes. Somamos a essa variável a *população estimada*, ou seja, a população que foi estimada a partir da contagem dos espaços de corrosão da fonte. Mesmo que, em alguns casos, apesar de não haver corrosões, mas que, pelas marcas do tempo, tornava-se ilegível a transcrição do documento, contabilizamos também esses casos na população estimada. Ao fazermos esse exercício da *população efetiva* versus a *população estimada*, o número total de habitantes utilizados na comparação com os mapas, podemos perceber que se nos anos de 1791 a 1798 essa estimativa foi de menos de 2%, enquanto nos seguintes ela é mais elevada: em percentuais aproximados, 1801 e 1802 (11%) e 1805 (18%).

**Tabela 1** – População efetiva e população estimada pelos Róis de Confessados da Madre de Deus de Porto Alegre (1791-1814)\*

ANO	POPULAÇÃO EFETIVA		POPULAÇÃO ESTIMADA		TOTAL
	N.A	%	N.A	%	
1791	1.742	98,4	28	1,6	1.770
1793	2.350	99	24	1	2.374
1797	2.972	98,9	34	1,1	3.006
1798	2.812	98,1	54	1,9	2.866
1799	2.910	92,9	224	7,1	3.134
1800	3.026	91	301	9	3.327
1801	3.334	89,3	400	10,7	3.734
1802	3.087	89,2	376	10,8	3.463
1803	3.738	93,9	244	6,1	3.982
1804	4.121	97,5	105	2,5	4.226
1805	3.176	82,9	657	17,1	3.833
1814	4089	83,7	796	16,3	4.885

Fonte: AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1779-1814).

\* Foram excluídos dessa tabela os Róis dos anos 1779-82; 1790; e 1792, que já haviam sido transcritos usando de outra metodologia.

Assim, estamos conscientes da fragilidade do procedimento adotado, mas esta é uma maneira de viabilizar a utilização deste importante *corpus* documental. Em contrapartida, o fato de os Mapas de População apresentarem uma população mais numerosa que as contabilizadas pelos Róis de Confessados já corrobora com esta tese, visto que, assim, podemos dizer que os Róis de Confessados não abrangiam toda a população, ou melhor, nem toda a população estava disposta a se confessar, comungar e contribuir com o projeto colonizador português.

De qualquer forma, entre uma vasta gama de nomes, fogos e números, pretendemos acrescentar alguns problemas e pontuar algumas características sobre a complexa população que transitou sobre o vasto Império lusitano nos extremos da América Portuguesa. De qualquer forma, o crescimento de Porto Alegre é evidente, já foi destacado por Luciano Gomes (2012), Jonathan Silva (2014) entre tantos outros autores. Um exercício feito recentemente utilizado por Ana Scott *et al*(2015) utilizando os Róis de Confessados com Mapas Populacionais mostrou as diferenças nos resultados entre as fontes.

**Tabela 2** – População da freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1780-1814)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL DO MAPA DE POPULAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL DO ROL DE CONFESSADOS	DIFERENÇA N.A	DIFERENÇA (%)
1780	1.512	1.075	437	28,9
1780 (com 1-7)	1.713	1.318	395	23,1
1798	3.258	2.592	666	20,4
1802	3.927	3.280	647	16,5
1802 (sem 1-7)	3.504	3.280	224	6,4
1805	4.087	3.229	858	21,0
1805 (sem 1-7)	3.597	3.229	368	10,2
1814	6.111	4.885	1226	20,0

Fonte: SCOTT *et al* (2015)/Censo de 1814 In: Fundação de Economia e Estatística (1986).

O Rol de Confessados, em relação aos Mapas de População equivalentes aos anos de 1780, 1798, 1802, 1805 e 1814 mostram uma discrepância no número total da população. Mesmo nos Róis que constam os menores de sete anos, as diferenças chegam aos 28,9% a menos que nos Mapas. Em alguns anos,

como 1802 e 1805, as diferenças diminuem quando retiramos o contingente populacional dos inocentes, pois chegam a 6,4% e 10,2% respectivamente (SCOTT, *et al*, 2015).

O que fica evidente é que na virada do século XVIII para o século XIX, o crescimento e o desenvolvimento da localidade têm um considerável avanço. A avalanche de pessoas ocupando as datas, chácaras, becos, ruas e demais arredores vão, gradativamente, mudando o cenário político administrativo e as dimensões demográficas da localidade.

No que se refere ao crescimento populacional de Porto Alegre, concomitantemente ao crescimento do número de fogos, podemos observar que houve uma variação na média de habitantes que compõem esses domicílios. Para esse exercício, excluimos milícias que estavam na freguesia em determinados anos, andantes e as embarcações.

**Tabela 3** - Média de habitantes residentes por fogos na Madre de Deus de Porto Alegre (1779-1814)\*

ANO	HABITANTES	FOGOS	MÉDIA
1779	1606	231	6,9
1780	1318	217	6
1781	1400	266	5,2
1782	1621	281	5,7
1790	1838	280	6,5
1791	1565	355	4,4
1792	2166	466	4,6
1793	2064	454	4,5
1797	2493	499	4,9
1798	2593	515	5
1799	2875	549	5,2
1800	3067	548	5,6
1801	3435	670	5,1
1802	3215	578	5,5
1803	3459	632	5,5
1804	3689	636	5,8
1805	3226	546	5,9
1814	4885	822	5,9

Fonte: AHCPMA, Conjunto dos Róis de Confessados (1779-1814).

\*Foram excluídos os andantes, milícias que estavam na freguesia em algum ano e as embarcações.

Podemos verificar que a média apresenta variações ao longo do tempo, no geral, entre 5 a 6 habitantes por fogo. O número de fogos é que quadruplica com o passar dos anos. Tais dados nos indicam como gradualmente a inserção de moradores vai alterando a dinâmica de organização familiar e, concomitantemente, dos fogos. A ampliação de logradouros e ruas deve ter provocado a fragmentação de muitos fogos, a chegada de novos moradores, os recrutamentos militares, entre outros fatores, devem ter influenciado na ampliação da ocupação e transformação dos espaços internos e externos de cada fogo à medida que o século XIX se anunciava<sup>6</sup>.

Essa média nos permite também inferir sobre a desconcentração do número de agregados por fogos, isto é, nem todos os fogos tinham agregados. A maioria dos que tinham agregados eram fogos com grande número de parentes e escravos. Além disso, devemos perceber que o termo agregado pode significar um realocamento de familiares e parentes dentro da própria organização do fogo, como filhos (as) recém-casados, afilhados (as) ou sobrinhos (as) de passagem, etc. que permanecem temporariamente ou sazonalmente morando e/ou prestando serviço ao chefe do domicílio.

### **Mais homens que mulheres: as diferenças de sexo da população**

Os diversos grupos sociais impõem às ruas e logradouros, becos e ruelas impressões singulares de si. Isso não parece diferente para os primórdios do processo de ocupação do espaço próximo à Paróquia entre 1772 e 1822. Mesmo em período posterior, evitando cairmos em anacronismos, Sandra Pesavento (1995) descreve que o processo de urbanização de Porto Alegre na virada do século XIX para o XX constituiu um ambiente repleto de camadas culturais que

---

<sup>6</sup> Na medida em que o desenrolar do século XIX e a transformação da Freguesia (1772) em posterior Vila (1809) e sequencialmente em Cidade (1822) transformou significativamente o espaço e distribuição das ruas, becos e logradouros. Houve mais do que a ampliação do espaço, mas, sobretudo, a ressignificação dos ambientes. Para se ter ideia, os becos transformaram-se em espaços de sociabilidade de uma população marginalizada na transição do século XIX para o XX. E a Rua da Praia, que antes era abarrotada de fogos de caráter familiar, tornou-se o epicentro comercial na virada no final do XIX (PESAVENTO, 1999).

vão desde os modelos ideais de higiene e moralidade até aqueles pertencentes aos excluídos ou marginalizados da sociedade<sup>7</sup>.

Além disso, devemos destacar o caráter móvel e fluido da localidade. Desta forma, este espaço de constantes e diferentes vivências, relações e (de)encontros caracteriza-se pela capacidade de transformação e ressignificação dos locais ocupados. Mais do que isso, da construção e manipulação do espaço diante daqueles que os ocupam.

Daí a importância de refletir sobre os becos e ruelas como lugares de “má procedência” (prostitutas, jogadores, etc.) e a limpeza dos pobres da cidade do centro relatada por Pesavento. Estes espaços nunca foram neutros ou compostos apenas pela porção católica da população, pelo contrário, a situação encontrada pelos incomodados reformistas da república foi sedimentada e construída ao longo da formação da localidade. As ruelas próximas aos cais poderiam, certamente, servir de refúgio (de jogatina e atividades de cunho sexual) para transeuntes recém-aportados, bem como, o fluxo constante de mercadorias e comércio seria um chamativo para aqueles desafortunados em busca de recursos para sobreviver, seja pela caridade (mendicância) ou realização de trabalhos sazonais.

Além disso, Luciano Figueiredo nos chama a atenção para os ganhos de muitos forros e forras que empregavam suas moradias e/ou escravos (as) na promoção de encontros entre casados e/ou solteiros (FIGUEIREDO, 1993). A alcoviteirice proporcionava a muitos indivíduos um complemento de renda tanto no aluguel de um encontro amoroso furtivo, como na prática da venda dos corpos de seus cativos. Além disso, tratava-se de uma cadeia de práticas que ligavam a prostituição ou o sexo sem compromisso ao universo das diversões. Nas Minas Gerais colonial, “com frequência a prática da prostituição desdobrava-se amiúde em manifestações de lazer coletivo, com bebedeiras, danças e batuques”(FIGUEIREDO, 1993, p. 92).

O número de indivíduos relacionados e a aproximação dos fogos favorecem indícios de algumas características peculiares da organização espacial dos paroquianos. Existe uma concentração dos fogos, isto é, muitos destes que

---

<sup>7</sup> A autora diz que a falta de indícios sobre como era a cidade antes das transformações intensas e rápidas ao longo do século XIX se devem em grande medida ao processo de “pasteurização” sofrido pelo desenvolvimento urbano. Isto é, modernizar significava apagar o velho, mudar completamente o espaço e suas identidades. (PESAVENTO, 1995, p. 284-285).

são extensos estão presentes no Rol de maneira sequencial, enquanto aqueles compostos de apenas uma ou três pessoas são encontrados num padrão de aglutinação, isto é, periodicamente aparecem próximos uns aos outros. Noutros casos, são alterações de fogos grandes, e uma sequência de três ou quatro pequenos e assim sucessivamente<sup>8</sup>. Podemos inferir que esta disposição pode se referir à disposição territorial percorrida pelo pároco, ou também a própria lógica imposta pelo pároco na realização das visitas.

Através da organização dada pela distribuição dos fogos anotados pelos párocos, podemos observar uma tendência de proximidade entre fogos pequenos e médios. Seguem-se entre eles muitos fogos de grande porte repletos de escravos e agregados. Mas chamam a atenção os fogos pequenos, em sua maioria, providos de mulheres forras ou livres. Tais condições, que aliadas à pobreza de recursos, poderiam simular atividades de meretrício, mesmo que de maneira informal e complementar como no caso das forras encontradas por Luciano Figueiredo para algumas regiões de Minas Gerais (FIGUEIREDO, 1993).

Provavelmente, a necessidade aliada às circunstâncias do constante fluxo populacional devem ter tornado os arredores entre o cais do porto e a paróquia um local que mesclava o sagrado e o profano. A desproporção entre o número de homens e mulheres e o caráter comercial da localidade devem ter contribuído para a procura de formas conjugal alternativas, sejam elas duradouras ou furtivas. As relações comerciais e clientelares entre os fregueses e indivíduos de outras localidades de maneira sazonal devem ter estimulado a prática de relacionamentos fora da esfera familiar sacramentada pela Igreja<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup>Essas transformações urbanas e o aumento significativo da população fez com que a Câmara criasse em 1805 o cargo de arruador que fiscalizaria as construções civis na freguesia. (MIRANDA, 2000, p.59). Acreditamos que a necessidade do controle da distribuição e medição das habitações deve ter sido uma medida a fim de frear os tamanhos e quantidade de fogos distribuídos na localidade.

<sup>9</sup> As práticas clientelares funcionavam tanto no século XVIII como essa prática se estendeu ao longo do XIX. Maria Martins percebe clientelismo como: “elemento fundamental na manutenção e ampliação de redes, solidificando, fortalecendo e reproduzindo ligações sociais e econômicas. Tratava-se, indubitavelmente, de uma herança do Antigo Regime português, e, com frequência, formou a base das relações políticas, sobretudo naquelas sociedades em que o Estado começava a se organizar e onde a própria estrutura de representação, via processos eleitorais, era incipiente ou até inexistente”. (MARTINS, 2007, p.169).

**Tabela 4** - Percentuais por sexo da população total na Madre de Deus de Porto Alegre nos Róis de Confessados (1780-1814)\*

ANO	HOMEM		MULHER		TOTAL
	N.A	%	N.A	%	
1780	676	56,7	517	43,3	1193
1781	706	54,2	596	45,8	1302
1782	778	51,3	739	48,7	1517
1790	1094	60,6	710	39,4	1804
1791	993	60,3	654	39,7	1647
1792	1459	63	857	37	2316
1793	1384	62,2	839	37,8	2223
1797	1739	61,9	1069	38,1	2808
1798	1542	62	944	38	2486
1799	1574	58,3	1125	41,7	2699
1800	1639	59,5	1114	40,5	2753
1801	1720	57,1	1291	42,9	3011
1802	1661	58,1	1198	41,9	2859
1803	2075	60,1	1327	39,9	3402
1804	1950	60,5	1272	39,5	3222
1805	1631	60,1	1052	39,9	2683
1814	2178	53,4	1903	46,6	4081

Fonte: AHCPMA, Conjunto dos Róis de Confessados (1779-1814).

\*Foram excluídos os não identificados e o Rol do ano de 1779, devido suas inconsistências.

Na *Tabela 4* podemos verificar que, com exceção dos anos de 1782 e 1814, a predominância de homens sobre mulheres indica um desequilíbrio entre os sexos bastante acentuado, aproximando-se em alguns momentos de uma diferença de cerca 20% entre o percentual de homens em relação às mulheres. Esse desequilíbrio de sexos é um fator da disparidade e a dificuldade de formação de casais.

Deste modo, podemos inferir que nem todo mundo tinha acesso ao casamento e/ou encontrava pares para contrair núpcias de acordo com as regras e normativas católicas. Assim, mais do que “famílias fracionadas”, como denomina Luciano Figueiredo (1997), temos formas de organização familiares diferentes dos modelos estabelecidos pela Igreja Católica.

Falar da desproporção na razão de sexo exige pensarmos na quantidade de homens e mulheres que compõem o quadro populacional da freguesia e mensurarmos o seu impacto na promoção das uniões. Os Róis de Confessados nos permitem identificar de modo singular a razão de sexo de acordo com a

distribuição dos fogos daqueles que confessaram e comungaram na freguesia. Nos anos de picos, como os de 1793, a razão de sexo é de 165, ou seja, havia 165 homens para cada 100 mulheres. Quando separamos essa população por condição jurídica, temos outras realidades.

**Tabela 5** - Percentuais por sexo da população livre na Madre de Deus de Porto Alegre (1780-1814)\*

ANO	HOMEM LIVRE		MULHER LIVRE		TOTAL
	N.A	%	N.A	%	
1780	414	53,9	354	46,1	768
1781	445	52,5	402	47,5	847
1782	495	49,1	512	50,9	1007
1790	691	59,6	468	40,4	1159
1791	637	60,2	421	39,8	1058
1792	872	60,2	563	39,8	1435
1793	894	62,3	541	37,7	1435
1797	1049	60,7	680	39,3	1729
1798	933	59,8	628	40,2	1561
1799	856	56,9	649	43,1	1505
1800	964	57,2	719	42,8	1683
1801	907	53,3	793	46,7	1700
1802	934	55	765	45	1699
1803	1242	59,3	852	40,7	2094
1804	1080	58,4	768	41,6	1848
1805	970	59,9	650	40,1	1620
1814	1030	46,1	1203	53,1	2233

Fonte: AHCOMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1779-1814).

\*Foram excluídos os não identificados e o Rol do ano de 1779, devido suas inconsistências.

Pelo estudo em Minas Gerais, na Comarca do Rio das Velhas, entre 1720 e 1780, efetuado por Rangel Netto, as devassas indicam que a maior parcela dos casos de concubinato se dão entre homens livres (53,3%) e mulheres forras (24,9%) (NETTO, 2008, p.79). Os dados da *Tabela 5* acima indicam que a maioria da composição populacional dos Róis que conseguimos mensurar é composta pelo sexo masculino. Isto é, nem todos os homens livres dispunham de mulheres quantitativamente para contrair núpcias e, provavelmente, poucas qualitativamente dispostas ou disponíveis ao matrimônio.

Observando a *Tabela 6* a seguir, notamos uma predominância de escravos do sexo masculino sobre os do sexo feminino. Indicativos já apontados por Gabriel Aladrén (2009, p.39) mostrando que a maioria das alforrias eram femininas (58%), isto é, a disposição de uma maior porcentagem de mulheres forras e cativas frente a uma maioria de homens livres pode ser um dos fatores determinantes para a prática da amancebia e concubinatos temporários, sazonais ou duradouros, que já eram efetuados dentro destas mesmas perspectivas em outras regiões da América Portuguesa.

**Tabela 6** - Percentuais por sexo da população escrava na Madre de Deus de Porto Alegre (1780-1814)\*

ANO	HOMEM ESCRAVO		MULHER ESCRAVA		TOTAL
	N.A	%	N.A	%	
1780	249	63,2	145	36,8	394
1781	242	59,3	166	40,7	408
1782	294	56,9	223	43,1	517
1790	373	63	219	37	592
1791	321	61,6	200	38,4	521
1792	518	66,4	262	33,6	780
1793	475	62,6	284	37,4	759
1797	652	63,8	369	36,2	1021
1798	598	65,6	313	34,4	911
1799	639	60,4	419	39,6	1058
1800	666	63,6	381	36,4	1047
1801	709	62,8	420	37,2	1129
1802	703	63,3	407	36,7	1110
1803	797	63,8	451	36,2	1248
1804	773	66,1	397	33,9	1170
1805	580	63,7	330	36,3	910
1814	1104	62	676	38	1780

Fonte: AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1779-1814).

\*Foram excluídos os não identificados e o Rol do ano de 1779, devido suas inconsistências.

Além disso, por mais que Porto Alegre tivesse discriminado um livro de casamentos apenas para a população cativa, isso não significa que todos eram casados ou teriam condições de contrair núpcias, sejam elas sacramentadas ou não. Além disso, essa realidade era encontrada em outras partes da Província de São Pedro. De acordo com os estudos de Silmei Petiz (2014, p. 205-207), para

Rio Pardo, a razão de sexo era 180; para Porto Alegre, em anos de pico como os de 1792 e 1804, por exemplo, era de 195 cativos homens para 100 escravas. Esse fato interfere diretamente na concretização ou não das relações, pois para uma parcela dos escravos tornava-se praticamente impossível obter companhia estável.

Entretanto, na comparação dos casamentos entre livre e escravos, enfatizamos que as relações afetivas ou amorosas entre as populações cativas são muito complexas e exigem que o pesquisador procure se afastar dos paradigmas cristãos ocidentais presentes no processo de colonizações. Isso acontece porque os padrões impostos pelos colonizadores não correspondem às diferenças culturais e sociais das diversas etnias que compuseram o quadro dos homens e mulheres que foram escravizados e enviados de vários lugares da África para a América. Eram contextos distantes entre si e modos de viver e sentir distintos daqueles encontrados na Europa e pelas comunidades indígenas da América (Cf. SWEET, 2007).

Como mostra Luciano Gomes (2012, p.161-162) a quantidade de escravos não obedecia a uma lógica de mercado. Pelo contrário, representavam “um elemento constitutivo do projeto de vida dos chefes de fogo”. Isso quer dizer que a aquisição ou venda de cativos vai depender das condições econômicas, sociais e políticas pelas quais cada grupo familiar irá passar ao longo do seu ciclo de vida.

A diversidade dos fogos sugere importantes indícios de que a mão de obra livre e escrava estava articulada e se alterava de acordo com os interesses de família. Assim, dependendo do contexto familiar, o número de escravos irá gradualmente se alterando conforme ocorre a entrada ou saída de pessoas. Desta forma, à medida que os filhos casam, por exemplo, pode-se ter uma expansão de componentes do fogo com a introdução de novos agregados, escravos, nora ou genro e filhos. Como também pode acontecer o inverso, isto é, a saída de escravos e agregados que vão auxiliar o novo casal na formação de um novo fogo.

As atividades realizadas pelos cativos em Porto Alegre poderiam ser as mais variadas, desde as práticas agrícolas nos espaços rurais fora dos muros da cidade, passando pelos trabalhos comerciais e domésticos dentro dos muros, como os serviços portuários de abastecimento, carga e descarga de mercadorias

e manutenção das embarcações. Luciano Gomes coloca que havia a possibilidade de atividades sazonais, isto é, cativos, forros ou agregados que, dependendo da época do ano, trabalhavam ora nos serviços de âmbito rural, ora urbanos.

Desta forma, havia indivíduos cuja atividade principal não estava relacionada à terra, mas que possuíam escravos a cuidar de rebanhos e a cultivar – imaginamos – trigo, mandioca, feijões e laranjas. Sem dúvida, nestes casos, a produção de bens de subsistência servia tanto como uma fonte de alimentos como uma possibilidade de produção de excedentes para a comercialização. Também não podemos descartar a atração exercida pelas atividades agrárias pela posse da terra, sobre os valores vigentes nesta sociedade (GOMES, 2012, p.91).

Por isso, acreditamos que estaria associada esta sazonalidade de ocupações aos denominados “escravos agregados”, isto é, cativos que encontramos com esta denominação que cremos ser de cativos que circulavam por diferentes fogos para a realização de atividades temporárias em fogos de senhores diferentes<sup>10</sup>. Eram escravos de outros senhores que se encontravam lado a lado com cativos de um mesmo fogo, embora tenhamos encontrado alguns casamentos entre escravos de senhores diferentes.

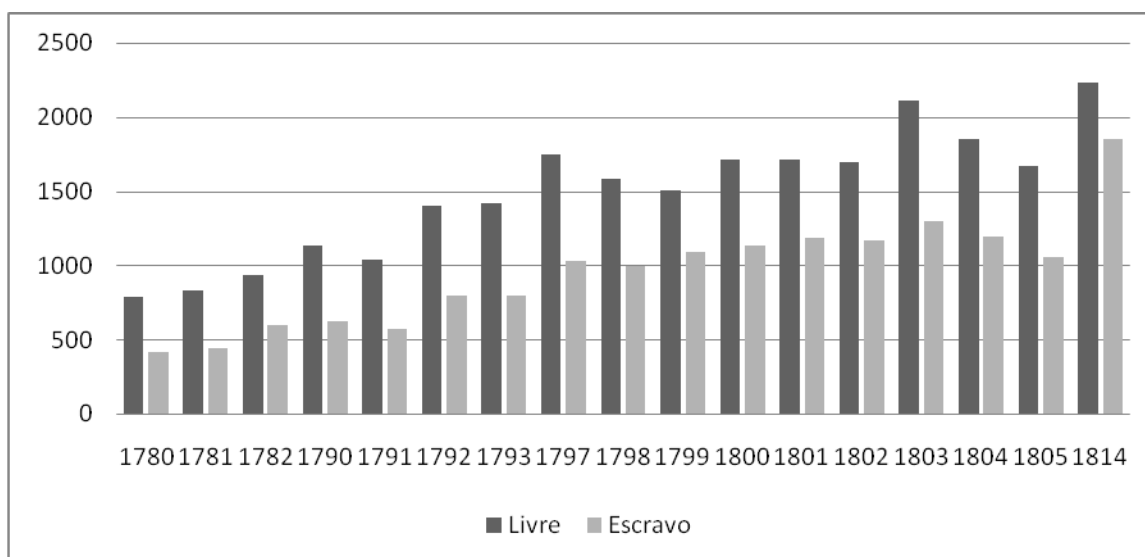
Conforme indicam os dados levantados por Roger Elias, as taxas de crescimento populacional de Porto Alegre durante as primeiras décadas do XIX evidenciam a enorme presença de escravos na localidade<sup>11</sup>. O estudo de Luciano Gomes já apontava que esse quadro já se apresentava no final do século XVIII. Podemos constatar que este quadro que se apresenta conjuntamente com a circulação constante de outros grupos populacionais torna-se um elemento-chave para compreender as diversas relações conjugais não sacramentadas presentes na localidade (GOMES, 2012, p. 163). Conforme o *Gráfico 1* abaixo, podemos ver como se constituía a população livre e cativa na freguesia:

---

<sup>10</sup> Na cidade da Bahia, Richard Graham enfatiza que era costume que “muitos donos alugavam seus escravos para outros, que, por sua vez, os despachavam com artigos para vender”. (GRAHAM, 2013, p.68).

<sup>11</sup> Roger Elias (2013, p.69) nos informa que “o percentual de cativos da população em Porto Alegre em 1814 oscilava entre cerca de 41% e 48%, de acordo com os dados de diferentes fontes”. Destaca-se que os dados levantados pelo autor vão ao encontro com os encontrados por Luciano Gomes (2012). Para o nosso caso de estudo, percebemos que para os anos de 1791 a 1814, levando em consideração apenas a população efetiva dos Róis de Confessados, os percentuais variavam entre 30% e 40%.

**Gráfico 1** – População livre e cativa nos Róis de Confessados (1780-1814)



Fonte: AHCOMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1779-1814).

Devemos salientar ainda que o crescimento populacional fazia parte de uma política de estado de ampliação e ocupação do território. A política do *uti possidetis* foi um catalizador para a vinda de muitos homens e mulheres reinóis e luso-brasileiros que deslocavam-se acompanhando a transição econômica do Norte em direção ao Sul<sup>12</sup>. As necessidades de militares para ocupar as zonas de fronteiras em expansão e de população para garantir a ocupação e domínio territorial luso foram estimuladores do crescimento populacional na virada do século XVIII para o XIX (FRANCO, 2000, p.25).

Porém, não existiam modelos fixos ou padrões pré-estabelecidos para definir esse processo. Pelo contrário, a complexidade das relações dos diversos grupos étnicos que compuseram o cenário deu características singulares para a formação de cada espaço. Portanto, muitas vezes, existem algumas combinações para a América lusitana que parecem corresponder às encontradas no cenário da América Espanhola:

<sup>12</sup> A diplomacia portuguesa elevava o princípio do *uti possidetis* para a implementação de uma política de apropriação territorial baseada na ideia imane de que existe um direito natural à propriedade da terra e de que a terra pertence a quem a valoriza, através do cumprimento da obrigação natural do trabalho. No século XVIII, o tratado de Madri (o mais importante até então) reconheceu esse princípio, assegurando aos portugueses os territórios que haviam ocupado no Continente do Rio Grande a partir da década de 1730. (Cf. ESPÍRITO SANTO, 2006).

El fenómeno de los nacimientos ilegítimos comienza en la América hispana con la conquista y colonización: los españoles durante el período de ocupación territorial y sometimiento de las culturas originales eligieron esposas y amantes indígenas, dando nacimiento a un fenómeno novedoso, el mestizaje, y colocando en el escenario ingredientes simbólicos contradictorios como el matrimonio y el concubinato (MORENO, 2011, p.51).

Outra característica que deve ser colocada em pauta no que tange às práticas conjugais é a pluralidade de relações que se estabelecem na América Portuguesa, tanto quanto na Espanhola. Vale ressaltar que Silvia Brügger (2007) salienta a importância da generalização do fenômeno da ilegitimidade em todas as esferas da sociedade. Isto é, por mais que os modelos familiares das populações indígenas, africanas e/ou mestiças sejam diferentes daquele padrão imposto pela legislação católica europeia, houve uma disseminação e uma convivência de uniões das mais variadas lado a lado com aquelas sacramentadas e abençoadas pelo Estado e pela Igreja Católica, tanto por parte dos nativos, quanto por parte dos europeus e africanos.

Neste sentido, Maria Peraro (2001, p. 58) ressalta que a própria tentativa de normatização das famílias “revela a existência de um cotidiano avesso aos códigos da moral”. Os diferentes arranjos apontados pelos Róis de Confessados, tais como: fogos chefiados por mulheres (viúvas, solteiras e/ou casadas), presença de agregados, cativos, forros, viajantes e etc, somados aos distintos vínculos de convivência familiar e/ou por afinidade, são exemplos que fogem ao padrão familiar proposto pelo casamento ou estimulado exclusivamente por este<sup>13</sup>.

Ainda, outro aspecto relevante no que tange ao maior contingente populacional masculino é a constante presença de marinheiros na localidade. Trata-se do arrolamento das embarcações, e, por sua vez, desta população flutuante que se encontra atracada no cais. Visto que, conforme solicitam as normativas das Constituições, estas devem ser relacionadas no Rol, pois também fazem parte da comunidade, portanto, participam dos seus ritos

---

<sup>13</sup> Nem sempre o casamento foi um bom negócio para todas as mulheres. Para Márcio Blanco (2017, p. 177) “talvez não casar fosse uma estratégia da família[...] pois mantendo parte dos membros familiares (marido/pai) longe do olhar clerical, poder-se-ia preservar algum costume ancestral. No caso de famílias cativas, poderia significar uma possibilidade de preservar práticas poligâmicas ou garantir a liberdade de casamentos futuros entre parentes consanguíneos.

católicos<sup>14</sup>. Podemos dizer, pela presença no final dos Róis, que essa parcela da população era a última a ser relacionada pelos párocos e, apesar da constante mobilização recorrente nos portos, observamos que muitas possuíam um caráter muito mais fixo do que se pensava, pela recorrente repetição do nome das embarcações ao longo do tempo.

### **Sobre os e as Chefes de fogos da Madre de Deus de Porto Alegre**

A disposição dos Róis de Confessados, de modo geral, obedece a uma lógica de hierarquia dos sujeitos dentro dos fogos. Predominam sempre os chefes de fogos masculinos e, na sequência, as mulheres livres. Sendo assim, prevalece a relação de todos os indivíduos livres ligados diretamente ao fogo e ao chefe do fogo. Em seguida, os escravos, forros e/ou agregados são relacionados de maneira irregular, isto é, por vezes primeiro os escravos, por vezes os agregados, porém obedecendo à mesma lógica, primeiro os homens e, em seguida, as mulheres.

As relações de poder representadas na disposição dos fogos podem ser bastante diversificadas dependendo do olhar do pesquisador. Nelas encontramos sequências nominais que nos revelam relações de poder, sejam elas de ordens sexuais, jurídicas, sociais, econômicas, políticas e também culturais.

Por estas listas de fogos podemos visualizar a complexidade do tecido social. Nela estão imbricados os mecanismos de hierarquização e diferenciação social típicos de uma sociedade modelada por resquícios do Antigo Regime. Sheila Faria (1998) já alertava sobre a importância de refletir sobre as famílias plurais no Brasil dos séculos XVIII e XIX. A possibilidade de analisar estas famílias de maneira integradora nos parece um avanço significativo, visto que existe uma espécie de polarização dos estudos, nos quais os pesquisadores ora dedicaram-se exclusivamente ao segmento das famílias escravas, ora dedicaram-se às trajetórias das famílias das camadas mais abastadas da sociedade.

---

<sup>14</sup> **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA.** Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

O conceito de fogo e casa está diretamente ligado à ideia da habitação e do domicílio. O primeiro, de acordo com as definições de Ana Silva, está relacionado à ideia daquelas pessoas que dividem o mesmo espaço doméstico, sejam estes ligados por laços de consanguinidade ou apenas por elos de reciprocidade, trabalho, sobrevivência ou amizade. No segundo caso, temos a ideia de casa vinculada, sobretudo, no que tange à sociedade abastada lusitana, à ideia da importância do nome e do prestígio social entre os envolvidos, ponto que deve ter um rigor crítico para se aplicar ao espaço sulino (SCOTT, 2012).

A constituição de alianças através do casamento e compadrio, bem como, a posse de terras (sobretudo as primeiras sesmarias) e o fomento de relações clientelares com aliados são apontadas por João Fragoso (2010, p. 98) como as características marcantes das primeiras famílias abastadas do Rio de Janeiro ligadas ao processo de colonização. Parece que para Porto Alegre não foi diferente em alguns aspectos.

Entretanto, estudos recentes como Adriano Comissoli (2008, p. 67), nos dão um panorama muito específico da elite sulina, através de sua análise da Câmara de Rio Grande em Porto Alegre. Segundo o autor, no século XVIII, esta instituição se configurava numa Câmara de reinóis ligados ao comércio e a capacidade de mobilizar recursos. Dessa forma, devido à ocupação tardia, a Câmara do Rio Grande de São Pedro não era composta por uma elite que ocupava o poder com a legitimação e a argumentação de pertencerem a famílias descendentes dos primeiros conquistadores, a dita “nobreza da terra”, como no caso do Rio de Janeiro e Olinda, em Pernambuco<sup>15</sup>.

Neste sentido, é importante salientar quem eram os chefes de cada fogo e de que maneira o seu protagonismo dentro de cada domicílio poderia se alternar tanto devido aos condicionantes internos, quanto e, sobretudo, às circunstâncias de ordens externas. Alguns fatores já nos permitem desmistificar a ideia de famílias predominantemente patriarcais. Paulo Teixeira (2004) mostra como é preponderante a presença de mulheres cabeças de casal, justamente devido ao alto índice de mobilidade masculina. Dora Costa (2000, p. 52) mostrou que “58% das mulheres chefes de fogos eram brancas, 32% eram pardas e 7% eram

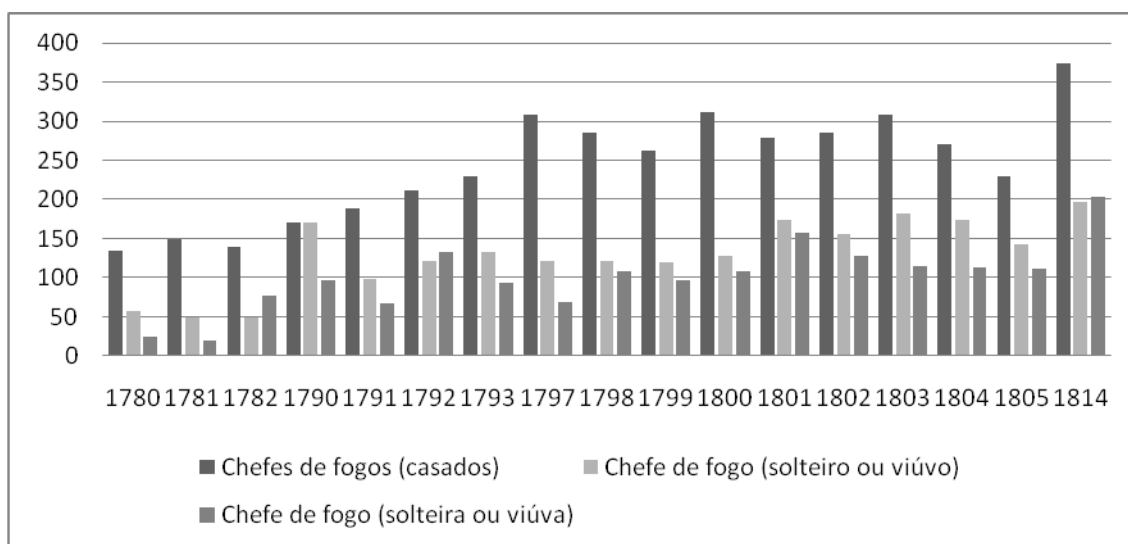
---

<sup>15</sup> Assim como a historiografia recente tem mostrado a dinamicidade da elite sulina, sua origem mestiça e a ligação com o comércio, que difere das elites da “nobreza da terra” oriunda dos primeiros conquistadores. (Cf. KÜHN, Fábio. 2006.; HAMEISTER, Martha Daisson. 2006.; VARGAS. Jonas, 2013).

negras”. Para Vila Rica, Donald Ramos (1975, p.219) indicou 50% de mulatas e crioulas, e 11% de pretas como cabeças de casal. Na Bahia, não foi diferente: 30% de mulatas, 21% de brancas, conforme os dados de Arlene Diaz & Jeff Stewart (1991, p.305).

A necessidade de investigarmos a quantidade de mulheres chefes de fogos é indispensável para percebermos o impacto das formas alternativas de união nesta sociedade. Rangel Netto, em seu estudo, destaca a adoção de lares matrifocais, sobretudo, por forras, escravas, crioulas, pardas e/ou negras. Esses fatos indicam uma recusa aos modelos de união determinados pela Igreja Católica (NETTO, 2008, p.93). Ao observarmos o *Gráfico 2* a seguir, percebemos que a maioria dos chefes de fogos teve sua união consagrada pela Igreja. Entretanto, uma parcela desses fogos é composta por mulheres chefes de domicílio, sejam solteiras, vivendo uma relação estável ou viúvas. E salientamos ainda que, se agregarmos ambos os sexos em nossa análise, perceberemos que para alguns anos, os/as chefes de fogos solteiros/as ultrapassam os/as chefes de fogos casados/as. São os casos dos anos finais do século XVIII.

**Gráfico 2** - Chefes de família pelos Róis de Confessados da Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre (1780-1814)



Fonte: AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1780-1814).

Como podemos verificar a maioria dos chefes de fogos são casados. Estes se mantem como a maioria predominante durante todo o período analisado, exceto em 1790, em que os indicativos apontam uma equivalência na

quantidade de homens e mulheres como chefe de fogo. Acreditamos que a predominância elevada de chefes de fogos casados possa ser explicados a partir de duas hipóteses: a preferência dos padres a privilegiarem os fogos de pessoas casadas na confecção do rol de confessados e/ou a negligência na elaboração do rol quanto a nomeação de mulheres como chefes de fogos.

Não obstante, à medida que adentramos no século XIX, temos dificuldade de definir com clareza se os chefes de fogos são casados, solteiros ou viúvos, pois os párocos não informam na relação dos fogos. cremos que muitas mulheres se tornaram chefes de fogos, ao longo do tempo, devido ao recrutamento militar, morte e/ou mobilidade masculina intensa verificada nesta região, como em toda América Portuguesa. Além disso muitas chefes de fogos solteiras, forras ou viúvas pobres não estão claramente identificadas nos róis de confessados. Enquanto que para os homens abastados da sociedade temos a identificação de títulos e/ou ocupações para as mulheres a referência mais recorrente são direcionadas apenas as Donas. Daí a importância de relativizarmos os dados quantitativos.

Levamos em conta também que a presença de mulheres como chefes de fogos pode ser explicada pela intensa mobilidade masculina, seja pelo destacamento militar<sup>16</sup> ou pela busca de melhores oportunidades de vida em outras partes da América Portuguesa. Outro ponto importante é a presença de pardas ou negras forras que conseguiram ascender socialmente e possuem condições de ter seu próprio fogo e administrá-lo através do trabalho de escravos ou agregados que vivam com ela. Viúvas e mulheres abandonadas e/ou forras representavam uma parcela da população e tinham formas de união e organizações familiares díspares daquelas impostas pela Igreja<sup>17</sup>.

A presença de homens que não se encontravam no momento da visitação do pároco já nos fornece grandes indícios de que nem sempre as decisões

---

<sup>16</sup> De acordo com Marcus Luft (2013, p. 95-96), a maioria dos homens encontrados nas listas de recrutamento tinha entre 16-20 anos – “um padrão de recrutas muito jovens: quase ¾”, sendo destes 35% menores de 18 anos. A predominância era de soldados solteiros e a grande maioria sem denominação da cor. Dados trazidos pelo autor que nos revelam a importância destes homens não casados que circulavam e tinham oportunidade de contrair formas de união alternativas pelas localidades que estivesse de passagem.

<sup>17</sup> Francisco González e Alfredo González encontraram, nos processos de justiça eclesiástica, casos de viúvas e padres que frequentemente eram encontrados em “amancebamentos”. Entre os séculos XVI e XVIII era corriqueiro encontrar, no interior da Espanha, viúvas que se relacionavam com “varones ya casados y sobre todo de eclesiásticos”. (GONZÁLEZ; GONZÁLEZ, 2015, p. 110-111).

ficavam restritas ao poder de mando masculino. Além disso, não podemos esquecer que a Madre de Deus foi por muito tempo o porto de chegada e saída de mercadorias, homens, munições e, espaço por excelência, dos negócios políticos e administrativos da Capitania do Rio Grande de São Pedro.

Deste modo, devido às demandas dos negócios em outras paragens, o recrutamento militar para a defesa das terras e/ou as negociações mercantis da produção externa, muitos homens não permaneciam exclusivamente administrando seus domicílios. Na maioria das vezes, eram as mulheres que assumiam, não apenas as competências domésticas – direcionadas ao papel definido para a mulher neste período<sup>18</sup>, mas, sobretudo, tinham que gerenciar as questões externas ao âmbito familiar. Organizar as tarefas internas ao fogo, direcionar os trabalhos de ordem externa e diretamente ao sustento da casa eram atribuições que, na maioria das vezes, cabiam às mulheres, além da criação dos filhos e filhas.

A autonomia de mulheres (chefes de fogos) e a mobilidade geográfica dos homens deslocava a definição dos relacionamentos circunscritos apenas pelo sacramento do matrimônio. Tal como destacado por Silvia Brügger(2007, p. 330) para Minas Gerais do século XVIII é a “família que está no centro de ação social”, isto é, as condições de sobrevivência, o destino dos diferentes filhos e a possibilidade de migrar ou não, tornavam a opção por casar ou não, uma decisão essencialmente coletiva dentro do núcleo domiciliar. As escolhas individuais não estão refutadas, porém não se restringe apenas ao poder do pater família.

No que tange às camadas sociais menos favorecidas, para muitas mulheres pobres brancas, negras e pardas – sob condições de cativas, livres ou forras - a acumulação de tarefas já fazia parte da faina diária para a sobrevivência. Muitas delas acabavam até dividindo o mesmo fogo em prol da sobrevivência. Numa localidade portuária e de trânsito constante de pessoas e circulação de mercadorias internas e externas, as oportunidades de ganhos nem

---

<sup>18</sup> Diversos moralistas e médicos, respectivamente ao longo do século XVIII e XIX, foram responsáveis por inúmeros discursos direcionados ao papel da mulher dentro da família e da sociedade. De modo geral, podemos identificar uma construção que busca homogeneizar o que era ser mulher e de acordo com estes lhes cabiam: “educar cristãmente a prole, ensinar-lhe as primeiras letras e as primeiras atividades, cuidar de seu sustento e saúde física e espiritual, obedecer e ajudar ao marido... enfim, ela seria responsabilizada pelo sucesso ou fracasso do processo civilizatório e da aplicação das normas tridentinas à sociedade familiar”. (DEL PRIORE, 1995, p. 38).

sempre eram fixas ou exclusivamente masculinas. Muitas foram as escravas de ganho ou forras autônomas que lavavam, passavam ou vendiam quitutes ao longo da cidade (SILVA, 2011).

Em suma, existiam fogos com pessoas que se casaram na freguesia e se fixaram, casais não casados e casais que casaram em outras freguesias/vilas, mas moram na localidade. Paralelamente, encontramos muitos homens e mulheres solteiros que possuem fogos de diferentes tamanhos, alguns até mononucleares – isto é – apenas um indivíduo residente. Esses são dados que são reveladores da importância dos celibatários definitivos nesta sociedade<sup>19</sup>.

Ainda observando os dados fornecidos pelos Róis de Confessados, encontramos muitas mulheres solteiras ou não casadas que eram autônomas e, portanto, tinham outras formas de trabalho e atividades de subsistência. Sejam aglutinadas a um mesmo fogo ou pertencentes como agregadas em grandes fogos, não podemos reduzir suas atividades apenas em prol da manutenção do *status quo* escravagista. Pelo contrário, existiam espaços alternativos que faziam parte do mesmo espaço. Havia quitandeiras<sup>20</sup>, costureiras para fora, prostitutas e etc. que detinham seu sustento através de outras formas de viver e sobreviver sem necessariamente estar dentro da engrenagem patriarcal escravista.

### Considerações finais

Em geral, ao longo deste artigo, procuramos mapear a organização dos domicílios através dos Róis de Confessados e Comungados. Portanto, procuramos compreender os mecanismos de produção da fonte, bem como, os componentes sociais presentes nesses registros. Os diferentes arranjos e a organização dos fogos nos possibilitaram identificar um universo repleto de agrupamentos familiares diversos. Tal pluralidade cada vez mais aponta para outros laços sociais e familiares que extrapolam os enlaces sacramentados pela Igreja Católica pelo matrimônio. Através dos Róis identificamos outros

---

<sup>19</sup> Os diversos exemplos de celibatários definitivos foram tratados anteriormente e serão retomados em capítulos posteriores. (Cf. FREITAS, 2017).

<sup>20</sup> Maciel Silva (2011, p.104-105) revela que o universo das vendeiras e quitandeiras era bastante amplo e ativo, pois “recebiam em suas vendas toda a gama de desclassificados sociais, e podiam ainda dar guarnição a prostitutas e escravos fugidos, propiciando e estimulando uma intensa vida social”. Tal atividade exercida durante o período colonial foi palco de conflitos intensos com a Câmara de Vereadores, sobretudo, no Recife durante o século XIX.

protagonistas: a população flutuante, cativa, forra, mulheres na chefia de fogos, etc.

Na prática, percebemos que os fogos na paróquia Madre de Deus de Porto Alegre eram compostos de pessoas que conviviam sobre a mesma habitação, porém necessariamente não se restringiam aos laços de consanguinidade. Portanto, incorporamos essa diversidade de mulheres que compartilhavam o mesmo espaço familiar em nossa análise para entendê-los como: laços de consanguinidade e parentesco (familiares diretos e indiretos), laços de compadrio (padrinhos e afilhados), laços de trabalho (escravos, agregados ou forros, bem como, marinheiros), laços de amizade (vizinhos, parentes distantes, viajantes, amigos e etc.) entre outros que encontramos nos róis de confessados da localidade.

#### REFERÊNCIAS:

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção sociedade libertos em Porto Alegre, 1800-1835**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia - Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1999.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Para conhecer os súditos d'El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. In: **Revista Estudos Amazônicos**, v. IX, p. 32-57, 2013.

BARICKMAN, Bert Jude. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. In: **Afro-Ásia**, n. 29/30, p.79-132, 2003.

BLANCO, Márcio Munhoz. Entre Luzias e Marianas: vivências familiares de mães solteiras escravas no mundo rural (Campos de Viamão, 1747-c.1760). In: COSTA, Hilton; HAMEISTER, Martha Daisson; MARQUES, Rachel dos Santos. **Tecendo as suas vidas: as mulheres na América Portuguesa**. Casa Leiria: São Leopoldo, 2017. pp. 167-184.

BOXER, Charles. **A Idade de Ouro do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal família e sociedade** (São João Del Rei, Século XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Câmara Municipal, 2008.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 17, p. 47-66, n. 1/2, jan./dez., 2000.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1995.

DIAZ, Arlene; STEWART, Jeff. Occupational class and female-headed households in Santiago Maior do Iguape, 1835. In: **Journal of Family History**, vol. 16, n. 3, p. 299-313, 1991.

ELIAS, Roger Sauandaj. **Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português. In: BOEIRA, Nelson (Coord.). **História do Rio Grande do Sul: Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, DF, EDUMB, 1993.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. In: **Topoi**, nº 21, jul-dez. p. 74-106, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FREITAS, Denize Teresinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

GONZÁLEZ, Francisco Garcia; GONZÁLEZ, Alfredo Rodriguez. Las viudas en la España interior: Relevancia social y desorden em la arzobispado de Toledo (SS. XVI-XVIII). In: GHIRARDI, Mónica; SCOTT, Ana Silvia Volpi (Orgs.). **Famílias Históricas. Interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay**. São Leopoldo: Oikos Editora/ Editora Unisinos, 2015. pp. 108-129.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)**. Tese (Doutorado em História) – Programa do Instituto de Ciências Sociais e de Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – Século XVIII**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LUFT, Marcus Vinícios. **“Essa Guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro: Administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Ministério público do Estado do RS/CORAG, 2000.

MORENO, Jose Luis. Hacia un paradigma de la historia de la familia que incluya la pobreza estructural: El caso del Río de la Plata. In.: GHIRARDI, Mónica & JIMÉNEZIN, Francisco Chacón (ed.). **Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos**. Córdoba: CONICET, 2011

NETTO, Rangel Cerceau. **Um em casa do Outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)**. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda V. **A Velha Arte de Governar – Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império: família e sociedade no Mato Grosso no século XIX**. São Paulo: Contexto, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 19, n. 37, 195-216, 1999.

\_\_\_\_\_. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.16, p.279-290, 1995.

PETIZ, Silmei Sant’Ana. Famílias em cativo: parentesco e estratégias sociais entre senhores e escravos na fronteira oeste do Rio Grande. In: SCOTT, Ana

Silvia Volpi. *et al.* (Orgs.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas.** São Leopoldo: OIKOS Editora, 2014. pp.197-214.

RAMOS, Donald. Marriage and family in colonial Vila Rica. In: **Hispanic American Historical Review**, vol. 55, n. 2, p. 200-225, 1975.

SALISTER, Michelle Raupp. “**A viúva rica com um olho chora e o outro repica**”: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX.** São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII.** São Paulo: Editora Nacional, 1984.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *et al.* Counting colonial populations: A comparative exercise between ecclesiastical and civil sources from the southernmost region of Portuguese America in the late colonial period. In: **Anais de História de Além-Mar**, v. XVI, p. 281-312, 2015.

\_\_\_\_\_. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX).** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA).

SILVA, Jonathan Fachini. **Os filhos do destino: A exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra. Vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870).** Salvador: EDUFBA, 2011.

SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamorion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. pp. 275-296.

SWEET, James H. **Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770).** Lisboa: Edições 70, 2007.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O outro lado da família brasileira mulheres chefes de família (1765-1850).** São Paulo: Unicamp, 2004.

VARGAS, Jonas. **Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX).** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

#### Fontes:

ARQUIVO HISTÓRICO DA CURIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. Paróquia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. **Róis de Confessados e Comungados.** [manuscrito]. Porto Alegre, Anos: 1779-82,

1790-93, 1791, 1792, 1793, 1797-99, 1800-05, 1814 (18 v.). Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

BLUTEAU, Rafael, **Vocabulário português e latino...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. (8 v.). Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/>>. Acessado em: 01 de dezembro de 2019.

**CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA.** Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

*Recebido em Dezembro de 2019*  
*Aprovado em Dezembro de 2019*